

ANPAF



**EM DEFESA
DE QUEM
DEFENDE
O BRASIL**

ANPAF - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES FEDERAIS

Clipping 19 de janeiro

AGU

Estudo sobre visibilidade na mídia aponta Advocacia-Geral da União como 2º órgão no sistema judicial mais citado na imprensa brasileira

Estudo realizado pela empresa Armazém Digital, especializada em monitoramento de mídia, aponta a Advocacia-Geral da União (AGU) como o segundo órgão no sistema judicial com mais citações na mídia impressa (jornais, revistas e veículos on-line), atrás apenas do Supremo Tribunal Federal (STF). "O nosso levantamento mostrou que a AGU manteve-se com mais visibilidade do que outros órgãos como o MPF e STJ, com média de 670 citações/mês em 2011. E o que é mais importante: do ponto de vista qualitativo, quase a totalidade favorável à imagem do órgão", destacou Carlos André Freitas, diretor da empresa e responsável pela metodologia de análise. [Leia mais:](#)

PGR

MPF/PB ajuizou 97 ações de improbidade administrativa em 2011. Fraudes com verbas federais atingiram 60 municípios e são referentes a fatos ocorridos entre 1998 e 2010

Em 2011, o Ministério Público Federal na Paraíba (MPF/PB) concluiu as investigações em inquéritos civis públicos, instaurados para apurar a prática de irregularidades administrativas e, em decorrência, ajuizou 97 ações por ato de improbidade administrativa contra agentes públicos, dentre eles, gestores, ex-gestores e servidores, além de particulares que se beneficiaram das irregularidades contra a administração pública. Os ilícitos investigados são referentes ao período de 1998 a 2010 e ocorreram em 60 municípios paraibanos. [Leia mais:](#)

OAB

A Ordem dos Advogados do Brasil e AMB querem uma lei de iniciativa popular para priorizar a saúde

O Conselho Federal da OAB e a Associação Médica Brasileira (AMB) anunciaram hoje (18) a parceria numa proposta de lei de iniciativa popular para efetivo aumento dos investimentos públicos em saúde no

País, a ser desenvolvida pelas entidades em conjunto com a sociedade brasileira e apresentada ao Congresso Nacional. [Leia mais:](#)

AGU

Advogados públicos asseguram validade de licenciamento ambiental das Usinas Hidrelétricas de Sinop, Colíder e Magessi

A Advocacia-Geral da União (AGU) impediu, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), a suspensão do licenciamento das Usinas Hidrelétricas (UHEs) de Sinop, Colíder e Magessi. As UHEs fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e serão construídas na Bacia do Rio Teles Pires, juntamente com a de São Manuel e a de Teles Pires, formando o Complexo Teles Pires, com potencial de mais de 3.500 MW. [Leia mais:](#)

CONJUR

Evandro mostrou que são os homens que fazem os cargos

Hoje completam-se 100 anos do nascimento do ministro Evandro Lins e Silva, a quem tive a honra de conhecer e depois de prestar merecida homenagem com a colocação de um busto na OAB do Piauí. É hora de, mais uma vez, lembrar e homenagear esse grande piauiense, campeão da democracia brasileira, vítima do regime militar, mas, como ele sempre frisava, um advogado que, antes de tudo, é um cidadão. [Leia mais:](#)

AGÊNCIA BRASIL

Presidente de associação de juízes defende que só 0,1% das movimentações atípicas deveriam ser investigadas

Apenas 0,1% das movimentações atípicas apontadas no relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) deveriam ser investigadas profundamente, segundo o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra. Hoje (18), ele esteve reunido com o presidente do Coaf, Antônio Gustavo Rodrigues, para tratar do relatório, no qual foram analisadas as movimentações de cerca de 216 mil pessoas ligadas ao Poder Judiciário, entre servidores e juízes. [Leia mais:](#)

FOLHA ONLINE

Entenda a diferença da lei nos EUA e Brasil sobre pedidos de falência

O capítulo 11 da lei de falências norte-americana, à qual a Kodak recorreu hoje para pedir concordata, permite a uma empresa com dificuldades

financeiras continuar funcionando normalmente, dando-lhe um tempo para chegar a um acordo com seus credores. [Leia mais:](#)

CONJUR

Lei 6.140/11 altera forma de cálculo e multas

PN No dia 30 de dezembro de 2011 foi publicada no Diário Oficial a Lei 6.140, de 29 de dezembro de 2011 ("Lei 6.140/11"), do estado do Rio de Janeiro, originária do Projeto de Lei 1.126/2011, de iniciativa do Poder Executivo, alterando substancialmente a forma de cálculo e aplicação de algumas das multas previstas no artigo 59 da Lei 2.657/1996 ("Lei 2.657/96"). [Leia mais:](#)